

*Uma visão alternativa dos fatos:
outra mídia, outro jornalismo*

Que comunicação queremos?

Rodrigo Murtinho

Vice-diretor de Informação e Comunicação do ICICT / FIOCRUZ
Pesquisador do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces)

Apresentação

- Reflexões a partir da pesquisa “**Monitoramento e análise das Políticas de Comunicação e suas interações com a saúde**”, desenvolvida no Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/Icict/Fiocruz).
- Principais temas monitorados:
 - Novo marco regulatório para as comunicações;
 - Televisão pública e saúde;
 - Políticas locais de comunicação;
 - Controle social da mídia.
 - Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

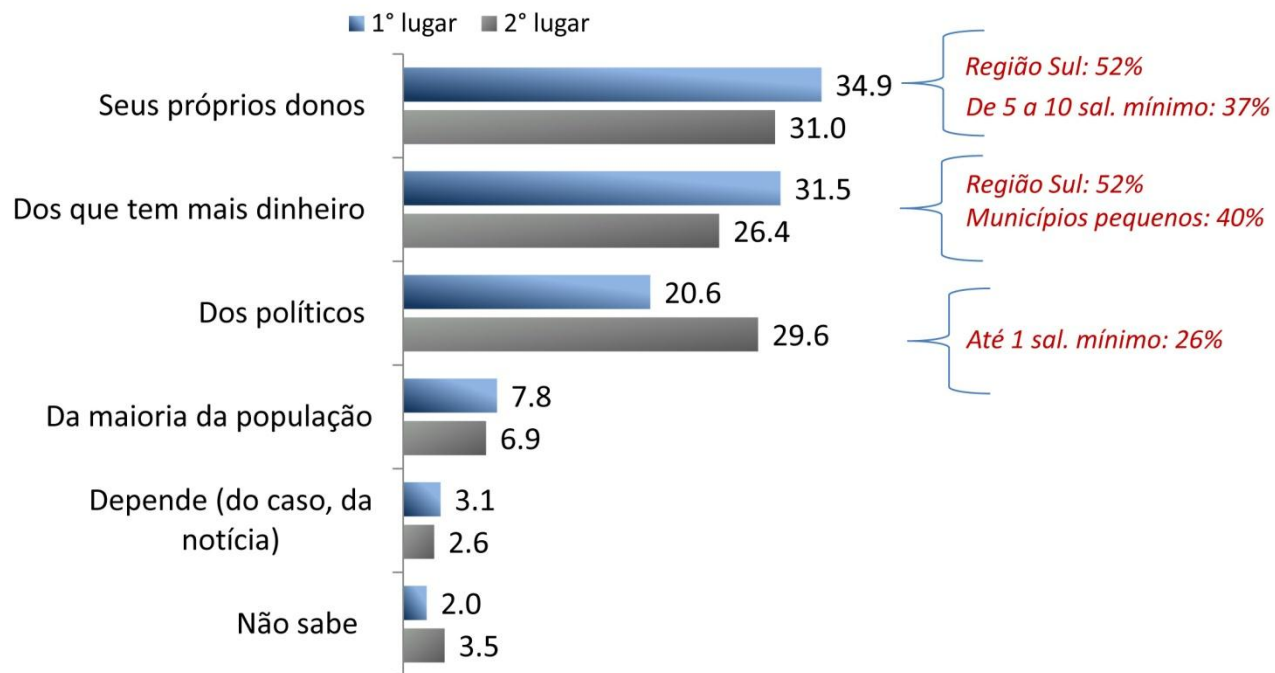
Meios de comunicação: propriedade e interesses

- Dados da pesquisa de opinião pública “**Democratização da Mídia**” realizada pela *Fundação Perseu Abramo*, apresentada na semana passada
- 2.400 entrevistas.
- Áreas urbana e rural de 120 municípios das cinco macro-regiões do país.

Interesse dos Meios de Comunicação (em %)

P23. Você diria que quando tratam de notícias importantes de política ou de economia, em geral os meios de comunicação no Brasil costumam defender principalmente os interesses: dos seus próprios donos, dos políticos, dos que têm mais dinheiro ou da maioria da população? E em 2º lugar? LER OPÇÕES – ESTIMULADA RANKEAR.

Os meios de Comunicação no Brasil, quando tratam de política e economia, costumam defender os interesses dos:



Base: 2.400 Entrevistas

www.fpabramo.org.br

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Manifestantes e PMs entram em confronto em frente ao Guanabara

Policiais usam bombas e spray de pimenta; grupo teria tentado invasão

GUSTAVO GOULART, RUBEN BERTAS e RENATA LEITE
ganderio@oglobo.com.br

Manifestantes entraram em confronto ontem à noite com PMs em frente ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, transformando mais uma vez a Rua

Pinheiro Machado numa praça de guerra. Para impedir que os participantes do protesto invadissem o prédio, a PM lançou bombas de efeito moral e usou spray de pimenta. Policiais foram atacados a pedradas. Houve muita correria, e grades culpou "grupos radicais" por

ra cercar o palácio foram derubadas pelo menos quatro vezes. Há relatos de que uma bomba de fabricação artesanal foi arremessada para dentro do prédio do Guanabara, explodindo entre policiais. Em nota, o governo do estado culpou "grupos radicais" por

ações violentas e tentativas de invasão, chutando o gradil, jogando coquetéis molotov e atirando rojões. Esses grupos não estão interessados no diálogo e na democracia. Apenas apostam no caos.
A manifestação reuniu cerca de 300 pessoas. ■



Baderna. Manifestantes fazem barricada ateardo fogo a lixo em Laranjeiras



Destruição. Uma das três agências depredadas por vândalos ontem à noite

Vândalos deixam um rastro de destruição na região

Eles atearam fogo a lixo e depredaram agências bancárias, placas e lanchonete

Depois que a PM dispersou os manifestantes que ocupavam a Rua Pinheiro Machado, em frente ao Palácio Guanabara, vândalos deixaram um rastro de destruição na região. Pelo menos três agências bancárias tiveram vidraças quebradas. Uma delas foi a da Caixa Econômica Federal na Rua das Laranjeiras. Na mesma via, um outro banco atacado foi o Santander. O terceiro estabelecimento bancário alvo dos manifestantes foi o Itaú.

Manifestantes também depredaram a fachada de uma loja da rede McDonald's na Rua Dois de Dezembro, próximo ao Largo do Machado, no Catete. Eles também danificaram pontos de ônibus, placas de sinalização e lixeiras. Fizaram ainda barricadas ateardo fogo a entulho e lixo. Bombeiros foram acionados para apagar as chamas. Segundo o site G1, pelo menos duas pessoas foram detidas, dentro de um ônibus, acusadas de participarem de atos de vandalismo. Segundo a PM, depois de todos os passageiros de um ônibus serem revistados em Laranjeiras, dois jovens foram detidos por estar com pedras nos bolsos. Ainda de acordo com a polícia, os rapazes

Nas ruas próximas ao Palácio Guanabara, como a Coelho Neto, o cheiro de gás lacrimogêneo era forte.

Antes de os manifestantes chegarem à Pinheiro Machado, o vice-governador Luiz Fernando Pezão havia recebido no Palácio Guanabara seis integrantes da coordenação do Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) para discutir reivindicações da categoria, em greve desde a sexta-feira. Além da comissão, também estiveram no Palácio Guanabara 20 professores convidados, que aguardaram do lado de fora o resultado das negociações. Entre os itens reivindicados na pauta levada a Pezão, o Sepe incluiu o fim do programa meritocrático do governo, aumento dos salários, melhores condições de trabalho e estabelecimento de carga horária de 30 horas semanais para funcionários da rede estadual.

GRUPO QUIS OCUPAR PALÁCIO

Ao fim da reunião, no entanto, segundo nota do governo, "parte do grupo decidiu ocupar o palácio. Infortunadamente, foram retirados do local pela segurança".

A manifestação começou por volta das 17h, na Candelária. De lá, o grupo seguiu pela Avenida Rio Branco, passou pela Alerj e a Câmara dos Vereadores. Depois, seguiu pela Avenida Beira-Mar, pelo Largo do Machado e para a Rua Pinheiro Machado,

Marcelo Arnal, Cliente Santander.

SANTANDER UNIVERSIDADES

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

- O banco que mais investe em educação superior no mundo todo.
- Bolsas de estudos nacionais e internacionais.
- Premiação de projetos de pesquisa, empreendedorismo e inovação.
- Conta Combinada Universitária FIT: para você, universitário, que não quer pagar tarifa e anuidade! Além de ter 10 dias sem juros por mês no Santander Master.

As ofertas deste material são usufruídas exclusivamente pelo segmento universitário e podem estar sujeitas a análise de crédito. (1) Os produtos são orientados de forma independente e para ter acesso ao bônus mensal da conta e análise de crédito, basta usar, pelo menos, o cartão de crédito Santander FIT em pelo menos uma compra ou realizar mais duas ações diferentes, como pagar uma conta em débito automático ou recarregar o celular pelo Santander Internet Banking. Caso não cumpra essas condições, será cobrada a tarifa mensal de R\$ 33,00 (três reais) do pacote de serviços da Conta Combinada Universitária FIT. (2) Após 10 dias, serão cobradas juros retroativos a todo o período.

O Globo, 13/8/2013

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

 **ICICT**
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

 **Ministério da Saúde**
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Destruição. Uma das três agências depredadas por vândalos ontem à noite

Vândalos deixam um rastro de destruição na região

Eles atearam fogo a lixo e depredaram agências bancárias, placas e lanchonete

Depois que a PM dispersou os manifestantes que ocupavam a Rua Pinheiro Machado, em frente ao Palácio Guanabara, vândalos deixaram um rastro de destruição na região. Pelo menos três agências bancárias tiveram vidraças quebradas. Uma delas foi a da Caixa Econômica Federal na Rua das Laranjeiras. Na mesma via, um outro banco atacado foi o Santander. O terceiro estabelecimento bancário alvo dos manifestantes foi o Itaú.

Manifestantes também depredaram a fachada de uma loja da rede McDonald's na Rua Dois de Dezembro, próximo ao Largo do Machado, no Catete. Eles também danificaram pontos de ônibus, placas de sinalização e lixeiras. Fizeram ainda barricadas ateando fogo a entulho e lixo. Bombeiros foram acionados para apagar as chamas.

Segundo o site G1, pelo menos duas pessoas foram detidas, dentro de um ônibus, acusadas de participarem de atos de vandalismo. Segundo a PM, depois de todos os passageiros de um ônibus serem revistados em Laranjeiras, dois jovens foram detidos por estar com pedras nos bolsos. Ainda de acordo com a polícia, os rapazes

Nas ruas próximas ao Palácio Guanabara, como a Coelho Neto, o cheiro de gás lacrimogêneo era forte.

Antes de os manifestantes chegarem à Pinheiro Machado, o vice-governador Luiz Fernando Pezão havia recebido no Palácio Guanabara seis integrantes da coordenação do Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) para discutir reivindicações da categoria, em greve desde a sexta-feira. Além da comissão, também estiveram no Palácio Guanabara 20 professores convidados, que aguardaram do lado de fora o resultado das negociações. Entre os itens reivindicados na pauta levada a Pezão, o Sepe incluiu o fim do programa meritocrático do governo, aumento dos salários, melhores condições de trabalho e estabelecimento de carga horária de 30 horas semanais para funcionários da rede estadual.

GRUPO QUIS OCUPAR PALÁCIO

Ao fim da reunião, no entanto, segundo nota do governo, "parte do grupo decidiu ocupar o palácio. Irredutíveis, foram retirados do local pela segurança".

A manifestação começou por volta das 17h, na Candelária. De lá, o grupo seguiu pela Avenida Rio Branco, passou pela Alerj e a Câmara dos Vereadores. Depois, seguiu pela Avenida Beira-Mar, pelo Largo do Machado e para a Rua Pinheiro Machado,

Marcelo Arnal, Cliente Santander.

SANTANDER UNIVERSIDADES

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

- O banco que mais investe em educação superior no mundo todo.
- Bolsas de estudos nacionais e internacionais.
- Premiação de projetos de pesquisa, empreendedorismo e inovação.
- Conta Combinada Universitária FIT: para você, universitário, que não quer pagar tarifa e anuidade! Além de ter 10 dias sem juros por mês no Santander Master.*

As ofertas deste material são usufruídas exclusivamente pelo segmento universitário e podem estar sujeitas à análise de crédito. (1) Os produtos são contratados de forma independente e, para ter isenção da tarifa mensal da conta e anuidade do cartão de crédito, basta usar, todo mês, o cartão de crédito Santander FIT em pelo menos uma compra ou realizar mais duas ações diferentes, como pagar uma conta em débito automático ou recarregar o celular pelo Santander Internet Banking. Caso não cumpra essas condições, será cobrada a tarifa mensal de R\$ 33,00 (preço vigente do pacote de serviços da Conta Combinada Universitária FIT). (2) Após o 10º dia, serão cobrados juros retroativos a todo o período.

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

 **ICICT**
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

 **Ministério da Saúde**
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Destruição. Uma das três agências depredadas por vândalos ontem à noite

Vândalos deixam um rastro de destruição na região

Eles atearam fogo a lixo e depredaram agências bancárias, placas e lanchonete

Depois que a PM dispersou os manifestantes que ocupavam a Rua Pinheiro Machado, em frente ao Palácio Guanabara, vândalos deixaram um rastro de destruição na região. Pelo menos três agências bancárias tiveram vidraças quebradas. Uma delas foi a da Caixa Econômica Federal na Rua das Laranjeiras. Na mesma via, um outro banco atacado foi o Santander. O terceiro estabelecimento bancário alvo dos manifestantes foi o Itaú.

Manifestantes também depredaram a fachada de uma loja da rede McDonald's na Rua Dois de Dezembro, próximo ao Largo do Machado, no Catete. Eles também danificaram pontos de ônibus, placas de sinalização e lixeiras. Fizeram ainda barricadas ateando fogo a entulho e lixo. Bombeiros foram acionados para apagar as chamas.

Segundo o site G1, pelo menos duas pessoas foram detidas, dentro de um ônibus, acusadas de participarem de atos de vandalismo. Segundo a PM, depois de todos os passageiros de um ônibus serem revistados em Laranjeiras, dois jovens foram detidos por estar com pedras nos bolsos. Ainda de acordo com a polícia, os rapazes

Nas ruas próximas ao Palácio Guanabara, como a Coelho Neto, o cheiro de gás lacrimogêneo era forte.

Antes de os manifestantes chegarem à Pinheiro Machado, o vice-governador Luiz Fernando Pezão havia recebido no Palácio Guanabara seis integrantes da coordenação do Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) para discutir reivindicações da categoria, em greve desde a sexta-feira. Além da comissão, também estiveram no Palácio Guanabara 20 professores convidados, que aguardaram do lado de fora o resultado das negociações. Entre os itens reivindicados na pauta levada a Pezão, o Sepe incluiu o fim do programa meritocrático do governo, aumento dos salários, melhores condições de trabalho e estabelecimento de carga horária de 30 horas semanais para funcionários da rede estadual.

GRUPO QUIS OCUPAR PALÁCIO

Ao fim da reunião, no entanto, segundo nota do governo, "parte do grupo decidiu ocupar o palácio. Irredutíveis, foram retirados do local pela segurança".

A manifestação começou por volta das 17h, na Candelária. De lá, o grupo seguiu pela Avenida Rio Branco, passou pela Alerj e a Câmara dos Vereadores. Depois, seguiu pela Avenida Beira-Mar, pelo Largo do Machado e para a Rua Pinheiro Machado,

**SANTANDER
UNIVERSIDADES**

Marcelo Arnal,
Cliente
Santander.

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

- O banco que mais investe em educação superior no mundo todo.
- Bolsas de estudos nacionais e internacionais.
- Premiação de projetos de pesquisa, empreendedorismo e inovação.
- Conta Combinada Universitária FIT: para você, universitário, que não quer pagar tarifa e anuidade! Além de ter 10 dias sem juros por mês no Santander Master.*

As ofertas deste material são usufruídas exclusivamente pelo segmento universitário e podem estar sujeitas à análise de crédito. (1) Os produtos são contratados de forma independente e, para ter isenção da tarifa mensal da conta e anuidade do cartão de crédito, basta usar, todo mês, o cartão de crédito Santander FIT em pelo menos uma compra ou realizar mais duas ações diferentes, como pagar uma conta em débito automático ou recarregar o celular pelo Santander Internet Banking. Caso não cumpra essas condições, será cobrada a tarifa mensal de R\$ 33,00 (preço vigente do pacote de serviços da Conta Combinada Universitária FIT). (2) Após o 10º dia, serão cobrados juros retroativos a todo o período.

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

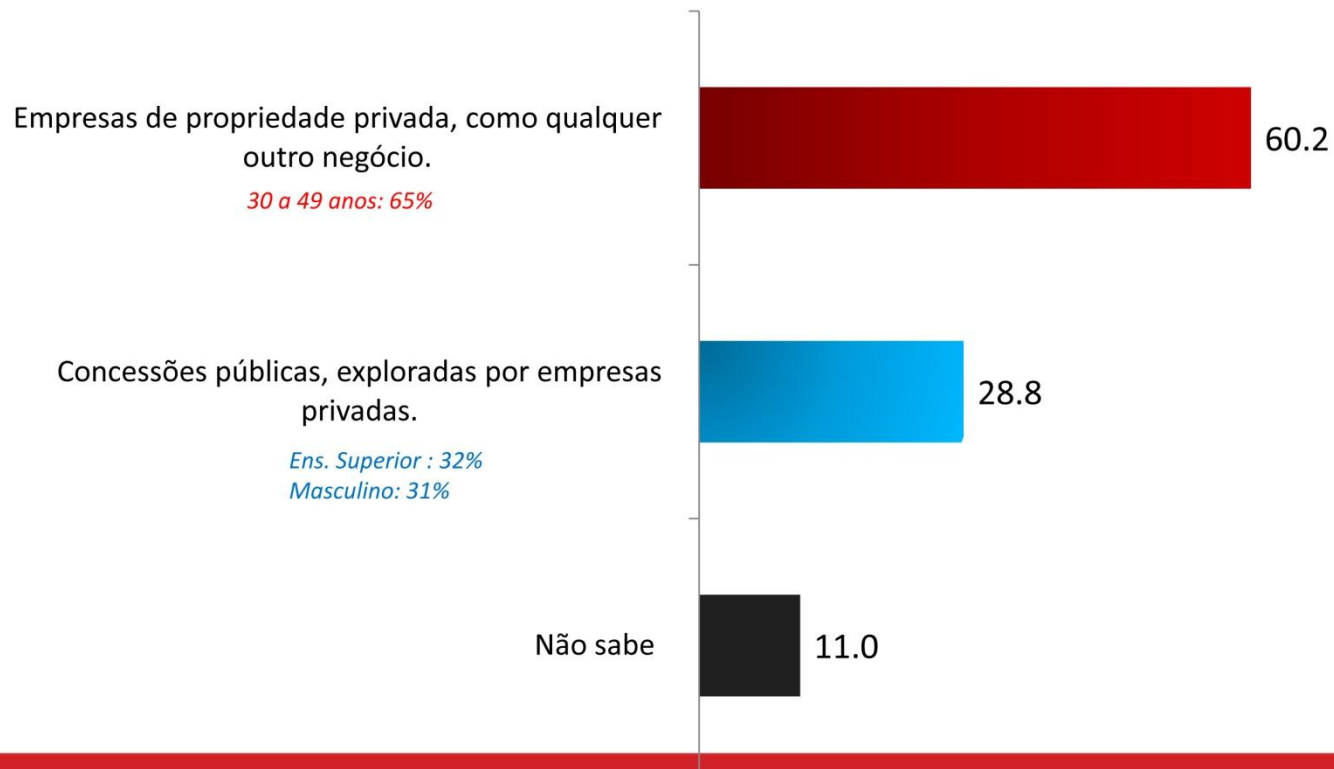
**ICICT**
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

**Ministério da Saúde**
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Concessões Públicas de TV. (em %)

P43. Pelo que você sabe ou ouviu falar, as emissoras de TV como a Globo, o SBT, a Band e a Record, são: LER FRASES – R.U.

As emissoras de TV são:



www.fpabramo.org.br

Base: 2.400 Entrevistas



Concessões Públicas de TV. (em %)

P43. Pelo que você sabe ou ouviu falar, as emissoras de TV como a Globo, o SBT, a Band e a Record, são: LER FRASES – R.U.

As emissoras de TV são:

Empresas de propriedade privada, como qualquer outro negócio.

30 a 49 anos: 65%

60.2

Concessões públicas, exploradas por empresas privadas.

Ens. Superior: 32%

Masculino: 31%

28.8

Não sabe

11.0

www.fpabramo.org.br

Base: 2.400 Entrevistas

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Modelo de desenvolvimento da comunicação no Brasil

- Desenvolvimento seletivo da sociedade civil – longos períodos de perseguição aos órgãos de comunicação sindical, movimentos, partidos e grupos de esquerda;
- Desenvolvimento privado da radiodifusão, financiado pelo Estado, com marcas de patrimonialismo e clientelismo;
- Ausência de TVs estatais/públicas até o início da década de 1970;
- Distinção do modelo europeu (sistema público) e estadunidense (interesse público) – reconhecimento, mesmo que de forma limitada, do direito à comunicação.

Sistema brasileiro de radiodifusão – algumas características centrais

1. Preponderância da atividade comercial;
2. Concentração da propriedade dos meios de comunicação;
3. Papel marginal das emissoras estatais/públicas;
4. Seletividade e discriminação no exercício da radiodifusão – ex.: rádios comunitárias ;
4. Relação profunda entre políticos e radiodifusão;
5. Hegemonia cultural da televisão comercial, com forte incidência na esfera política;
6. Práticas centralizadoras, autoritárias e privatistas do Estado na comunicação.



- *Comunicação na pauta das manifestações*
- *Questionamentos da cobertura da mídia das manifestações*

PROCURADOS

SENADORES DONOS DA MÍDIA



FERNANDO COLLOR



PTB-AL



AGRIPINO MAIA



DEM-RN



JADER BARBALHO



PMDB-PA



LOBÃO FILHO



PMDB-MA

Artigo 54 da Constituição Federal: Político não pode ter canal de rádio ou TV.

#RevogaPauloBernardo #OcupeaMidia #MidiaSemCatraca

Ministério das Comunicações: chefia.gabinete@mc.gov.br (61) 3311-6889

LACES

Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Opinião

Há regulação da mídia e 'regulação da mídia'

Pouco mais de dez anos de poder ainda não conseguiram que conceitos indiscutíveis, lastreados na Constituição, transitassem sem dificuldades por todo o PT — como a maioria dos partidos brasileiros, também uma frente de grupos com divergências políticas e ideológicas. É tão verdade esta fragmentação partidária que o ministro da Comunicação, Paulo Bernardo, militante histórico do PT, tem sido alvo de duras críticas de facções abrigadas na legenda que jamais entenderão de qual “regulação da mídia” o país necessita.

O ministro chega a ser chamado de “traidor”. O ponto visível da discórdia é a correta defesa feita por Paulo Bernardo da isenção tributária para provedores de internet banda larga, dentro do programa de ampliação da rede para cidades menores e famílias de renda mais baixa. Não deveria

Facções do PT abrem guerra contra ministro porque desejam, sob o pretexto de rever as regras do setor de comunicação, censurar conteúdos jornalísticos

surpreender a constatação de que a carga tributária costuma ser um dos principais itens na formação de preços responsáveis por impedir o acesso a eles por grande parte da população. Nada mais acertado, portanto, como tem sido feito em muitos outros setores, que a desoneração de impostos. Ao criticar o companheiro de partido, por estar supostamente ajudando o “grande capital” — termo de toscas cartilhas de catequização política —, essas facções que-

rem também atingi-lo por não dar andamento a uma proposta de “regulação da mídia” deixada de herança pelo governo Lula.

Mas não só o ministro cumpre ordens da presidente Dilma, como também o conteúdo da proposta é inexecutável, por ilegal. Explicou o próprio Paulo Bernardo: “(...) algumas pessoas veem a capa da revista, não gostam e querem que eu faça um marco regulatório. Isso não é possível porque a Constituição não prevê esse tipo de regulação para a mídia escrita.” Um parêntesis: nem para a eletrônica, mas esta é outra discussão.

A “regulação” do desejo dessa militância visa a interferir no conteúdo jornalístico — censura, a palavra certa. Como tem ocorrido na Venezuela, no Equador, nos países ditos bolivarianos, este objetivo é alcançado pela rota dissimulada da desestabilização empresarial

dos grupos de comunicação. A Argentina é outro exemplo. Em nome da necessidade de se estimular a concorrência no mercado de imprensa e entretenimento — como se ela já não existisse no país —, força-se a quebra de conglomerados de comunicação, para que eles passem a depender de verbas públicas, o fim de sua independência.

Tudo é uma enorme perda de tempo. Enquanto isso, a regulação da mídia de que o país necessita fica em segundo plano. E há muita coisa a discutir: a atuação de sites controlados do exterior no jornalismo e entretenimento; a necessidade de produção local; o papel das telefônicas no processo de fusão de mídias, entre outros temas.

É inútil e nada produtivo continuar a investir, não importa em nome de quê, contra princípios constitucionais consolidados. ●

Volta a polêmica sobre patente de remédios

Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada *pipeline* no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos, de modo que em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não em-

dem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas. Daí que geralmente as empresas que estão no topo da indústria farmacêutica são grandes grupos internacionais, ficando os laboratórios regionais mais voltados para a produção de genéricos e similares.

A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem

Brasil passou a adotar uma atitude mais pragmática nessa questão, o que tem permitido o desenvolvimento de novos medicamentos no país

população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc. Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos nas redes públicas os governos investem em laboratórios estatais, que se financiam com subsídios e verbas oficiais, diferentemente de empresas, que precisam do lucro para se

por parte dos países que se sentem prejudicados. O Brasil mesmo já recorreu a essa decisão extrema em relação ao coquetel de remédios para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a Aids, chegando depois a um entendimento com os laboratórios.

O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento de câncer que o laboratório suíço Novartis considera evolução do seu remédio original, Glivec. A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países, o que provocou a polêmica. O Brasil hoje é cauteloso nessa questão. Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados e permitido, inclusive, o desen-

LACES

Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde


ICICT
 Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde


Ministério da Saúde

FIOCRUZ
 Fundação Oswaldo Cruz

Opinião

Há regulação da mídia e 'regulação da mídia'

Pouco mais de dez anos de poder ainda não conseguiram que conceitos indiscutíveis, lastreados na Constituição, transitassem sem dificuldades por todo o PT — como a maioria dos partidos brasileiros, também uma frente de grupos com divergências políticas e ideológicas. É tão verdade esta fragmentação partidária que o ministro da Comunicação, Paulo Bernardo, militante histórico do PT, tem sido alvo de duras críticas de facções abrigadas na legenda que jamais entenderão de qual “regulação da mídia” o país necessita.

O ministro chega a ser chamado de “traidor”. O ponto visível da discórdia é a correta defesa feita por Paulo Bernardo da isenção tributária para provedores de internet banda larga, dentro do programa de ampliação da rede para cidades menores e famílias de renda mais baixa. Não deveria

Facções do PT abrem guerra contra ministro porque desejam, sob o pretexto de rever as regras do setor de comunicação, censurar conteúdos jornalísticos

surpreender a constatação de que a carga tributária costuma ser um dos principais itens na formação de preços responsáveis por impedir o acesso a eles por grande parte da população. Nada mais acertado, portanto, como tem sido feito em muitos outros setores, que a desoneração de impostos. Ao criticar o companheiro de partido, por estar supostamente ajudando o “grande capital” — termo de toscas cartilhas de catequização política —, essas facções que-

rem também atingi-lo por não dar andamento a uma proposta de “regulação da mídia” deixada de herança pelo governo Lula.

Mas não só o ministro cumpre ordens da presidente Dilma, como também o conteúdo da proposta é inexecutável, por ilegal. Explicou o próprio Paulo Bernardo: “(...) algumas pessoas veem a capa da revista, não gostam e querem que eu faça um marco regulatório. Isso não é possível porque a Constituição não prevê esse tipo de regulação para a mídia escrita.” Um parêntesis: nem para a eletrônica, mas esta é outra discussão.

A “regulação” do desejo dessa militância visa a interferir no conteúdo jornalístico — censura, a palavra certa. Como tem ocorrido na Venezuela, no Equador, nos países ditos bolivarianos, este objetivo é alcançado pela rota dissimulada da desestabilização empresarial

dos grupos de comunicação. A Argentina é outro exemplo. Em nome da necessidade de se estimular a concorrência no mercado de imprensa e entretenimento — como se ela já não existisse no país —, força-se a quebra de conglomerados de comunicação, para que eles passem a depender de verbas públicas, o fim de sua independência.

Tudo é uma enorme perda de tempo. Enquanto isso, a regulação da mídia de que o país necessita fica em segundo plano. E há muita coisa a discutir: a atuação de sites controlados do exterior no jornalismo e entretenimento; a necessidade de produção local; o papel das telefônicas no processo de fusão de mídias, entre outros temas.

É inútil e nada produtivo continuar a investir, não importa em nome de quê, contra princípios constitucionais consolidados. ●

Volta a polêmica sobre patente de remédios

Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada *pipeline* no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos, de modo que em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não em-

dem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas. Daí que geralmente as empresas que estão no topo da indústria farmacêutica são grandes grupos internacionais, ficando os laboratórios regionais mais voltados para a produção de genéricos e similares.

A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem

Brasil passou a adotar uma atitude mais pragmática nessa questão, o que tem permitido o desenvolvimento de novos medicamentos no país

população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc. Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos nas redes públicas os governos investem em laboratórios estatais, que se financiam com subsídios e verbas oficiais, diferentemente de empresas, que precisam do lucro para se

por parte dos países que se sentem prejudicados. O Brasil mesmo já recorreu a essa decisão extrema em relação ao coquetel de remédios para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a Aids, chegando depois a um entendimento com os laboratórios.

O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento de câncer que o laboratório suíço Novartis considera evolução do seu remédio original, Glivec. A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países, o que provocou a polêmica. O Brasil hoje é cauteloso nessa questão. Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados e permitido, inclusive, o desen-

NEWS
não editado
VIVO

imagens:
TV Câmara São Paulo

Em Pauta Manifestantes entram
na Câmara Municipal

20:15

SONY

LACES
Laboratório de Pesquisa
em Comunicação e Saúde

 **ICICT**
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

 Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

NEWS
não editado

VIVO

imagens:
TV Câmara São Paulo

Em Pauta **Manifestantes entram
na Câmara Municipal**

20:15

SONY

Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)



- Campanha “***Para Expressar a Liberdade – uma nova lei, para um novo tempo***”
- Objetivo: regulamentar os artigos 5, 21, 221, 222, 223 da CF.

Capítulo 1: + Televisão, + Rádio

Define o que é comunicação social eletrônica e seus serviços (rádio e televisão aberta gratuita, rádio e TV digital, rádio e TV na internet não produzidas por usuários, por exemplo, webTV produzida por grupos de comunicação como UOL, Folha, Globo etc). Blogs e videos pessoais do youtube entre outros estão fora desta lei.

Capítulo 2: + Diversidade, + Cultura, + Brasil

Estabelece os princípios e objetivos da lei: **promover a pluralidade de ideias e opiniões; fomentar a cultura nacional, a diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual;** garantir os direitos dos usuários etc. Também regulamenta definição constitucional de que o sistema de comunicação deve ser dividido entre público, privado e estatal.

Capítulo 3: + Transparência, + Canais

Define as regras para ter uma licença de um serviço de comunicação, que passará a ser dada através de critérios transparentes e com audiências públicas. Proíbe o aluguel de espaços da grade de programação, assim como a transferência da licença. Também proíbe que políticos sejam donos de emissoras de rádio e televisão.

O projeto propõe uma nova forma de organização dos serviços – como já é feito em outros países – que está baseado no seguinte conceito: **quem produz conteúdo não pode ser a pessoa (empresa) responsável pela distribuição.** Assim, a infraestrutura e a gestão do sinal não serão controlados por quem faz os programas. Com isso, se busca aumentar a diversidade e a concorrência neste mercado.

Capítulo 4: Fim dos Monopólios

Define as regras para impedir a formação de monopólio nos meios de comunicação, proibindo que um mesmo grupo econômico seja proprietário de rádios, televisões, jornais e revistas numa mesma localidade, com exceção dos pequenos municípios. Estabelece também quantas licenças de rádio e TV um mesmo grupo pode ter nacionalmente.

Capítulo 5: + Brasil na TV e no rádio, + Direito de antena

Reforça os princípios do Capítulo 2 e proíbe a censura prévia de conteúdos. **Define o direito de antena para grupos sociais** (horário gratuito em cadeia nacional, como têm os partidos políticos), o direito de resposta, a presença de conteúdo nacional e regional. Conteúdos que façam apologia ao discurso do ódio, da guerra, do preconceito de qualquer tipo não são permitidos. Garante a proteção da infância e adolescência e **regulamenta a publicidade de produtos nocivos à saúde**.

Capítulo 6: + Participação Social na regulação

Define os órgãos do Estado que terão o papel de regular os serviços e serão os responsáveis por observar o cumprimento da lei. Também define como se dá a participação social na elaboração, debate e acompanhamento das políticas de comunicação para o país, com a criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.

Site da campanha “**Para expressar a liberdade**”:
<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/>

liberdade

Lei da mídia democrática

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular para uma mídia democrática vem para somar!

- + **Liberdade de expressão:** Regulamenta a Constituição Federal promovendo a cultura nacional, a pluralidade e a diversidade de ideias;
- + **Democracia:** Impede que políticos sejam donos de emissoras de rádio e TV;
- + **Variedade:** Estimula a competição no setor privado e garante 33% de canais públicos;
- + **Emprego:** Garante a produção de conteúdos regionais com trabalhadores locais;
- + **Conteúdo:** Estabelece limites de tempo para publicidade e merchandising;
- + **Direitos:** Estabelece direito de resposta para mentiras, erros e ofensas da mídia;
- + **Diversidade:** Garante a diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual protegendo contra a discriminação;
- + **Pluralidade:** Combate monopólios, impedindo que em grandes cidades exista um mesmo dono para rádio, TV e jornal;
- + **Transparência:** Impede a venda e o aluguel de canais para terceiros.



Democracia

Conheça o projeto da lei de iniciativa popular: www.paraexpressaraliberdade.org.br

Obrigado!

Contatos:

rodrigo.murtinho @icict.fiocruz.br

@rmurtinho

www.icict.fiocruz.br